

PREFÁCIO

O Observatório da Cidadania dedica sua oitava edição a um tema cada vez mais importante: segurança. O aumento das tensões em quase todo o planeta nos últimos anos – em particular em torno da dialética infernal que opõe a intensificação de atividades terroristas ao unilateralismo imperial alimentado pelo governo de George W. Bush, mas também com o acirramento dos conflitos no Oriente Médio, na África, na Ásia e nas repúblicas que compunham a antiga União Soviética, além de outros conflitos localizados, como no Haiti – pode ser sentido pelo número de convocações feitas à Organização das Nações Unidas (ONU) para o envio de tropas pacificadoras a vários países.

O crescimento da sensação de insegurança em praticamente todos os quadrantes não pode ser restrito à contagem de tensões de natureza militar, ainda que estas sejam as mais visíveis. O avanço da chamada globalização liberal e a incapacidade mostrada por governos nominalmente progressistas em apresentar alternativas concretas a esse modelo têm contribuído fortemente para o agravamento de outras formas de insegurança, que, se não são exatamente novas, assumem formas e graus de intensidade que muitas pessoas julgavam impossíveis.

Entre essas formas de insegurança, saltam à vista as resultantes das iniciativas de demolição, em vários países, dos sistemas de segurança social criadas ao longo do século passado, como o assalto aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, por meio das reformas trabalhistas, que nada mais são do que a eliminação dos direitos à estabilidade no emprego, das férias remuneradas, da organização sindical autônoma e da negociação coletiva com as empresas, entre outros.

À insegurança do emprego e da renda, sempre muito maior em países de precárias instituições como o Brasil, somam-se outras fontes de insegurança, conhecidas pelo menos de parte significativa da população. O preconceito racial, por exemplo, que torna a pele negra um alvo preferencial da violência, especialmente a de jovens, gera situações de insegurança claramente ilustradas pelas informações sobre vítimas de morte violenta. Mas a insegurança também se manifesta na alta probabilidade de pessoas afrodescendentes ganharem sempre menos que as pessoas brancas, por trabalho idêntico, mesmo quando igualmente qualificadas, ou de enfrentarem primeiro o desemprego, quando a economia se retrai.

Outra dimensão essencial da insegurança diz respeito às próprias condições de vida. Ampla camada da população carece de condições de saúde e moradia que possibilitem uma vida digna e segura. Ou não tem acesso a uma educação de qualidade que ofereça proteção contra a obsolescência de sua qualificação para o trabalho, num ambiente onde as condições de produção mudam rápida e constantemente.

Assim, os conceitos de segurança e insegurança que inspiram esta edição do Observatório da Cidadania têm a ver com a segurança humana, uma noção multifacetada, que vai além da

segurança contra a violência física. Essa noção inclui as possibilidades de sobrevivência digna do ser humano, nas suas múltiplas dimensões: segurança contra agressão armada, contra as incertezas econômicas, contra as arbitrariedades de toda ordem, contra a privação de oportunidades por motivos de natureza racial, de gênero, de renda etc.

As últimas décadas têm indicado um agravamento da insegurança em várias dimensões. O rápido crescimento econômico dos Estados Unidos na década de 1990, sob o governo de Bill Clinton, por exemplo, deu-se em condições de acentuada piora na distribuição de renda. Além disso, reformas no sistema de seguridade social abriram novas ameaças às pessoas de mais baixa renda naquele país. George W. Bush trouxe consigo a recessão, o crescimento do desemprego, a redução dos impostos dos mais ricos e um posicionamento internacional inédito, de natureza unilateral, cujos custos para o próprio país se revelam na incapacidade de seu governo em mobilizar qualquer apoio internacional à sua ocupação do Iraque, além da participação simbólica e semiclandestina de alguns países de pouca expressão política.

Poucas vezes, na história recente, uma eleição mobilizou tanta atenção mundial quanto a de 2004, para a presidência dos Estados Unidos. Enquanto finalizávamos esta edição, a mídia internacional divulgava repetidas pesquisas de opinião nas quais praticamente o mundo todo mostrava sua rejeição à política unilateralista estadunidense.

No caso brasileiro, porém, não é a insegurança ante uma agressão externa armada que se apresenta na ordem do dia. Aqui, as inquietações são de outra natureza. Nos nossos grandes centros, a degradação da situação no que diz respeito à segurança pública pode ser vista quase como uma guerra civil de baixa intensidade. Mas no Brasil é, antes de mais nada, a insegurança de renda e de trabalho que se destacam como preocupações da maioria das pessoas. A herança de quase um quarto de século de estagnação econômica e de adoção de políticas liberais se mostra pesada e preocupante. Oscila-se entre o desemprego e a oferta de empregos de baixa qualidade, baixa remuneração e durabilidade duvidosa. A produção mal tem tempo de reagir a surtos passageiros de ativação da demanda, em geral abortados por crises externas, em um padrão que se repete desde o fim da década de 1980.

A ação do Estado é limitada pelos pesados compromissos financeiros acumulados durante o período. O predomínio de interesses de grupos financeiros na formulação de políticas econômicas se mostra na prioridade dada aos compromissos com esses setores, na manutenção de taxas de juros muito elevadas e na redução da capacidade de gasto público em favor da priorização dos pagamentos de juros sobre a dívida pública.

Neste quadro de insegurança em que vive o país há tantos anos, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, trouxe novas esperanças, que podem talvez ser consideradas

exageradas. O governo parece se debater em meio a um dilema entre seus próprios desejos de mudança e a submissão de sua política econômica a interesses contrários a qualquer mudança. As políticas sociais, não obstante os problemas que recebem sempre ampla divulgação, vêm sendo implementadas e ampliadas. Porém, medidas que impliquem mudanças estruturais, de longo prazo, na redução das desigualdades sociais e na desconcentração da renda ainda afligem o país, e a imensa maioria dos seus cidadãos e cidadãs enfrenta dificuldade na discussão política no Congresso e em outras esferas, às vezes até mesmo no interior do próprio governo. As indicações, contudo, são de que a cidadania ainda espera por avanços mais significativos.

Os informes temáticos, que compõem a primeira parte deste volume, iniciam-se com uma análise, de Karina Batthyány, dos principais obstáculos às várias dimensões da segurança humana relatadas nos informes de 50 países, sendo os obstáculos mais citados a pobreza e as desigualdades sociais. Os artigos seguintes buscam identificar os constrangimentos, no cenário internacional. Gustavo Marin indaga sobre as causas da atual insegurança global e os caminhos para uma globalização socialmente consciente e democrática. Magaly Pazello busca demonstrar como as negociações comerciais internacionais têm colocado em risco os direitos humanos. Estes e em particular os direitos reprodutivos e sexuais também sofreram o ataque de uma aliança conservadora (Vaticano, países islâmicos e Estados Unidos) durante o processo de revisão da conferência do Cairo analisado por Sonia Corrêa. Carlos Passarelli apresenta uma discussão sobre a epidemia de Aids no mundo e a necessidade de a sociedade global enfrentar o conflito entre interesses privados (direitos de propriedade intelectual) e saúde pública (defesa dos direitos fundamentais do ser humano).

A urgência no estabelecimento de mecanismos globais para coibir a transferência de recursos dos países pobres para os ricos, por meio da evasão fiscal, é discutida por Bruno Gutner. Ziad Abdel Samad analisa o impacto da invasão do Iraque nos países árabes e a interconexão das questões de segurança nacional e de segurança humana, além do papel das organizações da sociedade civil nas necessárias transformações das políticas institucionais e de valores na região.

No Panorama Brasileiro, Lúcia Avelar considera o desapontamento da população com a democracia, com a incapacidade do Estado na promoção do desenvolvimento com redistribuição de renda e no combate à corrupção e à violência. Analisa a forma clientelística tradicional de intermediação entre Estado e sociedade, que considera especialmente danosa ao regime democrático e sugere o remédio: mais democracia. Para tal, o desafio brasileiro é a construção de instituições independentes e autônomas, eficientes e centradas no caráter social do compromisso democrático.

Silvia Ramos e Julita Lemgruber analisam o aprofundamento da violência nas grandes cidades que atinge desproporcionalmente as comunidades mais pobres, particularmente os jovens e

negros. Destacam as transformações nas concepções das políticas de segurança pública e as mobilizações de grupo de jovens de favelas e periferias, provocando mudanças culturais e buscando criar alternativas ao tráfico.

O tema da violência é retomado por Leila Linhares, mas da perspectiva da violência de gênero, que não tem sido devidamente considerada quando se trata de segurança humana. Para a autora, essas concepções utilizam, em geral, experiências masculinas como parâmetros, enquanto as mulheres sofrem a violência tanto no espaço público como no privado, cerceando seu protagonismo social. A situação é ainda mais dramática para mulheres negras, que enfrentam preconceitos de gênero e de raça.

No governo Lula, a questão alimentar e nutricional foi definida como tema prioritário. O trabalho de Luciene Burlandy e Rosana Magalhães mostra como a questão alimentar e nutricional tem diferentes enfoques: seguridade social, segurança alimentar, segurança humana e direito humano à alimentação. Cada enfoque conduz, na prática, a diferentes propostas de institucionalidades – sistema de seguridade social, sistema de segurança alimentar e nutricional ou uma plataforma de direito humano à alimentação. Mas concluem que, somente pela complementação dessas várias dimensões, será possível superar os impasses e dilemas para o desenvolvimento de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Na contramão do que vem sendo freqüentemente afirmado, Lena Lavinas defende que as políticas universais não são necessariamente regressivas, mas, ao contrário, podem impactar positivamente a redistribuição de renda. Nesse sentido, propõe um modelo de transição dos programas de renda mínima, focalizados nas pessoas mais pobres, para uma política de renda básica de cunho universal, aliás já prevista na Lei 10.835, sancionada em janeiro de 2004.

As entidades do grupo de referência¹ do Observatório da Cidadania/Social Watch no Brasil, ponto focal da rede internacional Social Watch, esperam que as provocações e variadas análises deste relatório contribuam para estimular os debates e as iniciativas da sociedade civil no enfrentamento dos obstáculos à construção de um outro mundo com justiça social, igualdade e universalização dos direitos humanos.

Fernanda Lopes de Carvalho

¹ Grupo de Referência do Observatório da Cidadania no Brasil: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea); Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (Cesec/Ucam); Criola; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Rede Dawn.